



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Sou Ka Hou

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Sou Ka Hou, de 6 de Outubro de 2020, enviada a coberto do ofício n.º 1045/E767/VI/GPAL/2020 da Assembleia Legislativa de 15 de Outubro de 2020 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 16 de Outubro de 2020:

Desde o seu estabelecimento, o Governo da RAEM tem-se empenhado na implementação do conceito governativo “Promover a prosperidade de Macau através da Educação e Construir Macau através da formação de talentos”, contribuindo para promover o desenvolvimento do ensino não superior. Em relação aos apoios financeiros concedidos às escolas particulares, tem vindo a seguir o princípio da boa utilização do erário público e a proceder a uma fiscalização eficaz, com uma atitude rigorosa, no sentido de elevar a eficácia do uso legal do financiamento educativo.



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

O Fundo de Desenvolvimento Educativo (FDE) dispõe de um procedimento rigoroso de candidatura e de um mecanismo de fiscalização. As escolas devem observar as disposições legais e as instruções de financiamento no requerimento, na utilização dos subsídios e na elaboração dos relatórios, bem como cumprir, rigorosamente, as exigências do plano, quanto à realização da respectiva consulta escrita ou do procedimento do concurso público, devendo também a utilização do apoio financeiro seguir escrupulosamente o uso dos apoios financeiros para o exclusivo fim para o qual são concedidos, entre outros princípios. Depois de finalizarem os projectos subsidiados, as escolas devem apresentar o relatório, as facturas, os documentos de assinatura de recursos humanos e as provas reais, entre outros. Caso os projectos não sejam executados ou cuja execução não cumpra as disposições, as escolas devem reembolsar o apoio financeiro conforme as instruções.

Para acompanhar, de forma concreta, a execução dos projectos subsidiados pelo “Plano de Desenvolvimento das Escolas”, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) inteira-se, de acordo com o mecanismo de fiscalização definido, da execução, eficiência e dificuldades dos projectos pedagógicos, por telefone, e-mail, visitas às escolas, reuniões de trabalho e vistorias in loco, de modo a conhecer a situação da



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

conclusão das obras dos projectos subsidiados. Os elementos do pessoal da DSEJ fazem um registo, em cada visita às escolas, que é submetido para assinatura da respectiva chefia funcional, para efeitos de confirmação. A DSEJ exige, também, às escolas, que entreguem o relatório anual e os comprovativos reais. Há dias, os serviços judiciais divulgaram que um ex-responsável de uma escola particular teria obtido, fraudulentamente, apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento Educativo. Este caso foi denunciado pela DSEJ, em virtude do acompanhamento regular dos planos das escolas e da análise dos relatórios dos mesmos, através do mecanismo de fiscalização que detectou anomalias, pelo que se procedeu, de imediato, a uma investigação aprofundada, em articulação activa com a entidade titular e a escola, que identificou um ex-responsável como suspeito da prática de infracção, tendo sido feita a respectiva participação aos serviços judiciais.

A DSEJ tem vindo a reforçar a fiscalização dos apoios financeiros concedidos às escolas particulares. Com base nas sugestões de optimização apresentadas no relatório de auditoria sobre a “Fiscalização aos apoios financeiros atribuídos às escolas particulares”, foi criada, de forma ordenada, uma plataforma de gestão electrónica de informações financeiras, de modo a reduzir o procedimento humano e elevar a eficácia



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

da fiscalização. Os trabalhos principais incluíram a instalação do sistema de candidatura à concessão de apoio financeiro para o “Plano de Desenvolvimento das Escolas” no ano lectivo de 2016/2017, a instalação do sistema de relatório de apoio financeiro do “Plano de Desenvolvimento das Escolas” no ano lectivo de 2017/2018 e o “Sistema de preenchimento electrónico das contas das escolas”.

A DSEJ vem adoptando, desde 2018, uma série de medidas mais activas, que incluem a criação de um mecanismo de interligação entre o FDE e a contabilidade feita pelas escolas, de forma a promover a interligação das informações financeiras, em conjugação com o aperfeiçoamento dos critérios de financiamento do FDE e o reforço das visitas às escolas subsidiadas, entre outros trabalhos, fortalecendo, significativamente, a fiscalização financeira das escolas particulares; ao mesmo tempo, a DSEJ criou um grupo de trabalho de auditoria interna, para resumir e divulgar as experiências resultantes da auditoria interna e participou em encontros e intercâmbios com diversas entidades e sectores profissionais relacionados com a gestão, a contabilidade e outras áreas, para auscultar as opiniões dos profissionais. Por seu lado, o FDE optimizou o mecanismo de verificação das facturas, dos comprovativos e dos mapas de comprovação das despesas dos recursos humanos,



Tradução

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
教育暨青年局
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

apresentados pelas escolas e aperfeiçoou o procedimento de reembolso dos montantes feito pelas escolas, para que, caso identifique alguma discrepância nos comprovativos ou na documentação para reembolso, durante a verificação, possa fazer uma revisão dos relatórios de subsídios, a fim de assegurar a utilização eficaz do erário público.

A DSEJ, através do Decreto-Lei n.º 63/93/M, de 15 de Novembro, exige às escolas particulares, subsidiadas pela Administração, a apresentação das contas elaboradas em termos do plano de contabilidade. Neste âmbito, procedeu à revisão do decreto, que entrou em processo legislativo, com vista a reforçar a fiscalização administrativa e a aumentar a eficácia na utilização das verbas afectas à Educação.

O desenvolvimento educativo necessita dos esforços conjuntos de toda a sociedade. A DSEJ empenha-se em elevar a eficácia da fiscalização do uso do erário público pelas escolas particulares, apoiando-as na elevação do seu nível de gestão financeira e promovendo a utilização eficaz dos recursos educativos, com vista a elevar a qualidade educativa e promover a equidade educativa.

Aos 28 de Outubro de 2020.

O Director,
Lou Pak Sang